

APEOESP EM TEMPOS DE PANDEMIA!

Asseguramos vacinação a todos os professores, sem cortes, derrubando ação do governo

Em 18/06, paralisamos nossas atividades. Nossa luta é permanente e vamos fortalecê-la ainda mais pelo cumprimento da sentença de suspensão das aulas presenciais, vacinação para toda a população, valorização de toda a categoria, reajuste salarial, concursos públicos, contratação justa e direitos para professores da categoria O, contra o PEI e demais programas excludentes, pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas e demais reivindicações.



BolsoDoria ainda vive!

Governos Doria e Bolsonaro pouco têm se diferenciado na condução das políticas contra o coronavírus e a favor da população. Em São Paulo, o que vemos são ações marqueteiras e nenhuma preocupação com os profissionais da Educação. Pág. 3

A pretexto de incluir, SEDUC exclui

Campanha da APEOESP amplia luta contra imposição de projetos que em nada contribuem para a qualidade da Educação.



PEI, Ejatec, Escola Cívico Militar e “Novo” Ensino Médio são excludentes e prejudicam todos os envolvidos com a escola pública.

Págs. 6 e 7

APEOESP

sempre presente!

APEOESP completa 76 anos! Desde 1978, o Sindicato se faz presente em todas as lutas a favor da categoria e também dos direitos de todos os trabalhadores. APEOESP é sinônimo de luta e de resistência na história dos educadores paulistas. Pág. 12

ÍNDICES DA APEOESP

MAIO/2021



PEB I (24H): R\$ 1.339,81 | PEB II (24H): R\$ 1.551,00
SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.100,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 5.351,11

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE JUNHO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

DESCONTO MÍNIMO DE R\$ 18,75 | DESCONTO MÁXIMO DE R\$ 75,00

APEOESP em defesa da vida

Uma publicação especial com todas as lutas e ações desenvolvidas pelo Sindicato e pela categoria em defesa da vida! Em plena pandemia, as lutas não cessaram! Presencialmente, com protocolos e distanciamento, e virtualmente, a APEOESP assegurou direitos e defendeu a integridade de todos.



EducAção na TV: programa da APEOESP completa 20 anos



Há 20 anos, mais precisamente no dia 28 de abril de 2001, Dia da Educação, APEOESP lançou o programa de televisão EducAção na TV.

Uma iniciativa pioneira na tv aberta brasileira, a produção, com 10 minutos de duração, apresenta lutas e debates sobre diversos temas de interesse dos professores e também da comunidade usuária da rede pública de ensino de São Paulo.

Nestas duas décadas, já foram transmitidos mais de mil edições que refletiram assuntos como valorização da categoria, municipalização do ensino, violência nas escolas, merenda, ensino médio, evasão escolar, atribuição de aulas, saúde dos professores, Iamspe, ensino de tempo integral... Também foram ao ar temas nacionais como re-

forma administrativa e Fundeb entre tantos outros.

Professores, pais e estudantes são frequentemente entrevistados, assim como profissionais de outros setores que contribuem com informações de interesse dos docentes. Na primeira edição a presidenta da APEOESP, Prof. Bebel, defendeu a importância de apre-

sentarmos as demandas da categoria para toda a sociedade, sob o prisma dos professores.

A luta do Sindicato em defesa da vida, contra aulas presenciais durante a pandemia de Covid-19 e por vacinação para todos tem sido a pauta mais recente. O programa vai ao ar todos os domingos, às 16h45, pela Rede TV! e também pode ser visto no canal da APEOESP no Youtube.



“Rir é um ato de resistência!” Paulo Gustavo

*Nossa intensa e permanente luta pela vacinação de todos e contra a negligência dos governos estadual e federal é também em reverência a cada um e cada uma que já não está mais entre nós!
Não arrefeceremos, sempre em defesa da vida e da dignidade humana.*



APEOESP mantém as homenagens a todos os professores e demais profissionais da Educação, vítimas da Covid-19



Roseli Machado foi campeã da São Silvestre em 1996

Prestamos também uma homenagem à Roseli Machado e a Paulo Gustavo, vítimas da Covid-19. Roseli era uma atleta, campeã da São Silvestre e que também representou o país nos Jogos Olímpicos de Atlanta. Faleceu em 08 de abril com 52 anos.

Paulo Gustavo, ator, humorista e diretor, responsável por uma das maiores bilheterias do cinema brasileiro com o filme Minha Mãe é Uma Peça, nos deixou no dia 04 de maio aos 42 anos. No final de 2020, fez um desabafo em um programa da TV Globo em que afirmou que, apesar do cenário em que vivemos, é importante mantermos o sorriso e a esperança: “as artes e a cultura em geral nos ajudaram a seguir em frente tornando tudo um pouquinho mais leve... A gente não vai deixar de sorrir, a gente não vai deixar de ter esperança.”



Paulo Gustavo era um dos principais humoristas da atualidade

CARTA DE REPÚDIO

Nós, professores da EE Profa. Luzia Godoy, abaixo nomeados, vimos pelo presente manifestar o nosso veemente repúdio aos fatos ocorridos neste estabelecimento de ensino desde o retorno das aulas presenciais, que culminaram com a morte da professora Lisbete Mara Del Vecchio.

A partir do primeiro caso de Covid confirmado, em 8 de fevereiro de 2021, temos assistido a uma sucessão de erros e descumprimento dos protocolos de segurança exigidos pela Resolução SEDUC 11 e a rede 102 da DE Norte 2 cometidos pelo trio desta escola, a saber:

1 – A falta de transparência caracterizada pela não comunicação imediata do primeiro caso positivo de professor a este corpo docente.

2 – O não afastamento preventivo por 14 dias dos professores considerados suspeitos, por terem tido contato próximo não intencional com o professor positivado.

3 – A permissão da volta ao trabalho de professores com testes de resultado negativo, porém totalmente sintomáticos.

4 – A demora em tomar providências correlatas, inclusive de sanitização, e em relação a alunos/classes contaminadas.

Estes erros e omissões, a pretexto de aguardar uma orientação da Supervisão e Diretoria de Ensino, a despeito da existência de legislação, provocaram uma contaminação desnecessária e que poderia ter sido evitada.

O cenário perigoso de trabalho, sob o risco da ação de um vírus mortal, exige da gestão prontidão e comprometimento no cumprimento das normas legais para a proteção da vida. E isto, infelizmente, não aconteceu em nossa escola. A morte da professora Lisbete não foi uma fatalidade. Ela foi contaminada em trabalho presencial, pela falta de prontidão do seguimento dos protocolos de segurança determinados por lei.

Terminamos esta carta com um trecho da “Carta ao povo de Deus”, escrita por 152 bispos e arcebispos eméritos do Brasil ao governo federal:

“Todos, pessoas e instituições, seremos julgados pelas ações ou omissões neste momento tão grave e desafiador.”

Assinam os professores:

Márcia de Paula, Marilda, Francisca, Isabel, Marly, Marina, Railla, Suely, Lidiane, Carla, Rozana, Alexsandra, Onita, Paula Hiró, Eliana Patrícia, Eliana, Jane, Eliandra, Rosália, Alessandro, Renata, Ofélia e Francibere.

Dicas

Professora dá dicas em blog Super recomendo

A professora Izabel Heitor, conselheira da Subseleção Sudeste-Centro da APEOESP, mantém um blog sobre viagens, passeios e fotografias. Na mais recente publicação, a professora sugere um roteiro de locais da cidade de São Paulo que contam a real história dos negros e são referências nas trajetórias que muitas vezes não nos são apresentadas. Vale a pena a visita, por exemplo, à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Paissandu e também às estátuas de personalidades, como a do poeta Luiz Gama e do arquiteto Tebas. Mais detalhes podem ser conferidos no endereço: <https://blogsuperrecomendo.blogspot.com/2021/05/um-pouco-da-sao-paulo-negra-do-passado.html>



Transformação

Dias incertos/ Isolado sentimento/ Costumes diferentes
Anseios semelhantes/ Mudança parte de nós
Conexões de sangue, coração, fé
Celebrar a vida é o que importa/ Ter sonhos
Que nos levem a lugares inimagináveis
Que nos façam perceber e contemplar belezas
Que motivem ações pessoais, humanitárias
Cuidar da natureza...nós, natureza
Transformemo-nos no que quisermos, como desejarmos
Descobrir o próprio corpo e a essência que o habita
Se dar, se doar sem medo/ Aliviar a alma
Acreditar em novas oportunidades, conquistas
Entender a inconstância do ser/ ...mutação

Transformação é um dos poemas escolhidos para o livro Coletânea Mulherio das Letras, cujo lançamento aconteceu no Salão Internacional do Livro e Cultura de Genebra. O poema é de autoria da professora Angela Ferreira, representante de escola da EE Romão Puiggari, na Capital.

Editorial

APEOESP na luta incondicional pela VIDA



Professora Bebel
Presidenta da APEOESP
Deputada Estadual

Desde o momento em que se evidenciou a chegada da pandemia do novo coronavírus ao Brasil, a APEOESP iniciou sua luta incondicional em defesa da vida.

O posicionamento do secretário da Educação, Rossieli Soares, foi de desprezo pelos nossos direitos e pelos alertas

que fizemos. Com nossas mobilizações, teve que recuar em diversos momentos. Enviamos junto a este Jornal um caderno especial de balanço de nossas atividades.

O governo estadual faz uma queda de braço com a APEOESP. Ao longo do tempo, Rossieli emite medidas que vão contra os direitos da categoria e preservação da vida. Não dialoga e faz recuos incompletos e pontuais. Recorremos diversas vezes ao poder judiciário, mas o secretário se recusa a cumprir as determinações judiciais.

No momento em que escrevo esse texto, está em vigor a sentença que proíbe aulas e atividades presenciais em todas as escolas, estaduais, municipais e privadas. Uma conquista da nossa luta, juntamente com outras entidades da Educação. Também conquistamos a vacinação dos profissionais da Educação. Primeiro, o governo estadual limitou aos maiores de 47 anos, mas insistimos na nossa luta e mobilização. Até final de junho, todos estarão vacinados.

A APEOESP é indispensável. Sem a nossa atuação, as aulas presenciais já teriam sido obrigatórias a partir de setembro de 2020, com consequências incalculáveis.

Bolsonaro, Doria e a política do genocídio

Como Bolsonaro, Doria governa para os ricos, corta investimentos nas áreas sociais, extingue e privatiza órgãos, empresas e serviços públicos, reduz e se nega

a atender os direitos da população. Obteve em 2020 um superávit de R\$ 7,7 bilhões e terminou o ano com R\$ 11 bilhões em caixa, mas não melhora as condições de trabalho nas escolas, congela concursos e contagem de tempo para os benefícios da carreira, não reajusta os salários dos profissionais da Educação e demais servidores e promove o criminoso confisco nos salários dos aposentados e pensionistas.

Disputa eleitoral

O governador disputa com Jair Bolsonaro de olho nas eleições de 2022, mas há grandes semelhanças entre eles.

Ao viabilizar vacinas contra a Covid-19, a preocupação de Doria é com os efeitos eleitorais, como evidenciou o documentário "A guerra da vacina", da Rede Globo, quando perguntado sobre os benefícios da chegada da vacina para sua imagem. Porém, tentou extinguir o Instituto Butantã. Se tivesse conseguido, hoje não teríamos a vacina aqui produzida. A mobilização social, da qual a APEOESP participou, impediu a privatização de outros órgãos da saúde: a Fundação Oncocentro, a FURP e o IMESC.

Como Bolsonaro, Doria também pratica uma política genocida: metrô e trens continuam superlotados, não institui auxílio emergencial para que a população que necessita possa permanecer em casa, força aulas presenciais, entre outras medidas.

Doria contribui para a crise brasileira

Hoje o Brasil vive a pior crise da sua história, com inflação, juros alto e desemprego, recessão, desalento, retorno do país ao mapa da fome da ONU, destruição das políticas sociais e dos direitos trabalhistas, privatizações, cortes na Educação, ciência e tecnologia, perseguição e violência contra lideranças sindicais e populares, nas cidades e no campo.

Em São Paulo, as políticas do governo Doria influenciaram a alta da inflação, por meio do aumento dos im-

postos sobre a produção de alimentos em decorrência da aprovação do PL 529.

Genocídio à paulista

A ausência de políticas eficazes de combate à pandemia em São Paulo se evidencia no fato de aqui se registrem mais de 115 mil óbitos por Covid-19, representando 24% do total nacional, sendo que o estado possui 20% da população brasileira. O governo esconde que nas escolas estaduais já ocorreram mais de 2.600 casos de infecção e 95 mortes desde 3 de fevereiro de 2021.

Lembremos que antes de Bolsonaro acelerar no Congresso Nacional a tramitação do PL 5595/2020, que torna a Educação "serviço" essencial, para forçar a volta às escolas e dificultar o direito de greve, Doria já havia decretado o mesmo em São Paulo.

A APEOESP participou ativamente da campanha nacional que fez com que o PL 5595/2020 fosse tirado de pauta no Senado Federal. Serão promovidas audiências nacionais sobre a volta segura às unidades escolares. Enviei pessoalmente a cada senador e senadora uma mensagem ponderando exatamente os aspectos que foram levados em conta pelo presidente daquela Casa na decisão.

Contra projetos excludentes

Nesse momento, estamos lutando contra a imposição autoritária em plena pandemia de projetos excludentes na rede estadual de ensino, sem qualquer tipo de debate com a comunidade: Programa de Ensino Integral (PEI), "novo" ensino médio, EJATEC, escolas cívico-militares.

Nossa luta pela vida, pela Educação e pelos nossos direitos prossegue. Nossas prioridades são o cumprimento integral da sentença judicial, o investimento dos bilhões em caixa em benefício da população e o fim do confisco nos salários de aposentados e pensionistas. Para isso, é fundamental estarmos unidos e mobilizados por meio da nossa APEOESP.

Política genocida de Bolsonaro é intencional

Em janeiro de 2021 o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina divulgaram um estudo demonstrando a estratégia intencional do governo Bolsonaro de propagação do coronavírus, com "o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo."

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid confirmam que Bolsonaro e seus principais auxiliares agiram de forma deliberadamente criminoso em relação à pandemia. Não adquiriram vacinas no momento correto, decidindo buscar a "imunidade de rebanho", pela qual a imunização se daria pelo contágio da maioria da população. Combatendo medidas de proteção, como máscaras e distanciamento social, ajudaram a propagar o vírus.

Bolsonaro também criou um "orçamento paralelo" para deputados aliados, desviando recursos para equipamentos agrícolas e tomou a criminoso decisão de realizar a Copa América



Nos dias 29 de maio e 19 de junho, por meio de uma delegação de professores vacinados e com todos os cuidados sanitários, a APEOESP esteve no MASP com milhares de pessoas para lutar pelo fim do governo Bolsonaro, vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600,00 e para denunciar os ataques e autoritarismo de Doria/Rossieli contra a educação e os professores, da ativa e aposentados

no Brasil, às vésperas de uma possível terceira onda da pandemia.

Já passa da hora desse governo genocida ter fim. São dezenas de pedidos de impeachment parados no Congresso Nacional. As revelações da CPI podem acelerar esse processo.

Vitória da democracia

No mês de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lava-jato e considerou parcial e ilegal a condução dos processos pelo ex-juiz Sérgio Moro.

Após uma intensa luta de Lula, respaldado por um amplo movimento social, o ex-presidente recuperou seus direitos políticos e poderá, se desejar, concorrer nas eleições de 2022. Seu nome lidera as pesquisas e é o único que poderia derrotar Jair Bolsonaro no segundo turno.

Categoria O: reforçar a luta pela garantia de direitos

Contratação justa e direitos – pela aprovação do PLC 15/2020



Assembleia dos professores em abril de 2019: nova forma de contratação dos professores da categoria O faz parte da pauta de reivindicações

Diante das precárias condições contratuais dos professores contratados temporariamente (categoria O), APEOESP intensifica a luta a favor deste setor de nossa categoria.

No último dia 28 de maio, foi realizada uma audiência pública em formato virtual na Assembleia Legislativa que debateu novas ações. Denominada “Professores categoria O – Por contratação justa e direitos”, a audiência foi promovida pelo mandato da Professora Bebel, deputada estadual e presidenta da APEOESP e reuniu mais de 400 professores.

Durante o evento, a seção do DIEESE/CEPES da APEOESP apresentou um estudo que demonstra o crescimento das contratações de professores da categoria O nos últimos anos, ao mesmo tempo em que decresce o número de professores efetivos. Demonstrou ainda que em média os professores da categoria O têm remuneração 25% menor que os efetivos, além de outras informações que mostram a precariedade desse tipo de contratação.

Preocupa-nos a possibilidade de demissão de 30 mil professores da categoria O cujos contratos vencem no final deste ano. Na audiência, formou-

se uma comissão composta por representantes desses professores para, juntamente com a diretoria, trabalhar junto ao governo do Estado visando evitar que isso aconteça, além de lutar por mudanças estruturais na forma de contratação deste segmento. A prorrogação dos contratos, emergencialmente, enquanto lutamos por concursos e soluções duradouras, é providência que a deputada Professora Bebel pede em seu Projeto de Lei 361/2021, protocolado na Alesp.

Lutamos pelo conjunto da nossa categoria, mas ao longo dos últimos anos temos dedicado particular atenção aos professores contratados por tempo determinado, um dos segmentos criados pelos governos do PSDB, na verdadeira “sopa de letrinhas” que se tronou o magistério paulista e que lutamos para que acabe.

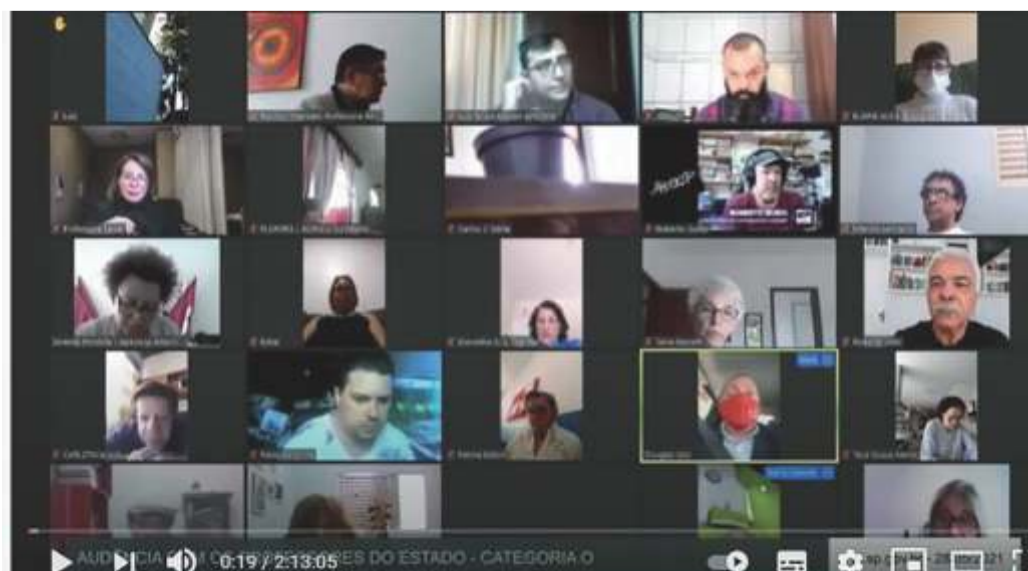
Poucos direitos, baixos salários

Podemos dizer, com certeza, que este é o segmento mais precarizado e vulnerável da nossa categoria. Estudo realizado pelo DIEESE mostra que esses professores recebem em média 25% a menos em relação aos demais professores, cujos salários já são baixos. Veja:

Remuneração média dos professores Efetivos e Temporários, por cargo Rede Estadual de São Paulo, abril de 2021

Variável	Total	PEB I	PEB II
Remuneração média Efetivos	RS3.907,58	RS3.449,17	RS4.037,91
Remuneração média Temporários	RS2.762,87	RS2.586,66	RS2.998,29
Rem. Temp./Rem Efetivos	-29,29%	-25,01%	-25,75%

Fonte: Transparência do Governo do Estado de SP e Secretaria do Planejamento e Fazenda/SP; Elaboração: Dieese/subseção Apeoesp.



No dia 28 de maio de 2021, a APEOESP promoveu uma audiência pública para discutir a situação do categoria O

Concursos públicos, já!

A APEOESP defende o ingresso na carreira por meio de concurso público, mas entende a necessidade da existência de professores contratados por tempo determinado, para suprir ausências, licenças e impedimentos dos professores efetivos. Ao longo dos anos, no entanto, o Estado permitiu a excessiva ampliação do número de professores contratados temporariamente.

Como parte da nossa luta, conseguimos que o governo editasse o Decreto 54.556/2009, estabelecendo a obrigatoriedade da realização de concursos públicos a cada quatro anos. Em 2013,

com a nossa greve, conquistamos o maior concurso da história da rede, com 59.000 vagas. Muitos professores temporários se efetivaram.

No entanto, nos últimos anos o Estado não realizou novos concursos, resultando na situação atual, na qual o número de professores da categoria O atingiu um elevado patamar em relação ao total de professores da rede, chegando a 57.988 (28,2% da categoria), contra 17.499 em 2017 (9%). Na mesma proporção, decresce o número de professores efetivos, reforçando a necessidade da realização de concursos públicos. Veja as tabelas e gráficos a seguir:

Evolução do número de docentes, por vínculo funcional Rede Estadual de São Paulo, 2017 – 2021

Mês/Ano	Efetivos	Categ. “F”	Estável	CLT	Categ. “L”	Categ. “O”	Total	
FEV/2017	128.927	45.163	228	1	1	17.449	191.769	
FEV/2018	131.800	41.065	161	1	-	18.001	191.028	
FEV/2019	120.415	34.438	82	1	-	35.809	190.745	
FEV/2020	114.915	32.111	68	1	-	45.228	192.323	
FEV/2021	103.312	29.111	42	1	-	57.988	190.454	
Varição Fev/2020 a Fev/2021	%	-10,1%	-9,3%	-38,2%	0,0%	-	28,2%	-1,0%
	Nº	-11.603	-3.000	-26	0	-	12.760	-1.869

Fonte: CGRH/SEE;

Elaboração: DIEESE – Subseção APEOESP;

Nota 1: A nomenclatura passou a ser de “Temporários” apenas em junho de 2017. Nos relatórios anteriores, a nomenclatura era categoria “O”.



Em 2017 ocorreu um dos encontros dos professores categoria O: desde sempre o Sindicato defende os mesmos direitos dos efetivos para os temporários

PLC institui contratação justa aos categoria O

Até a aprovação da LC 1093/2009, a contratação de professores não efetivos era realizada como professores Ocupantes de Função Atividade (OFA), também denominados ACT (Admitidos em Caráter Temporário). Esta contratação era regulada pela lei 500/1974. O professor mantinha o vínculo com o Estado na medida em que estivesse com aulas atribuídas. Se não conseguisse assumir aulas na atribuição inicial, participava das atribuições ao longo do ano e retomava o vínculo assim que obtivesse aulas.

Os governos do PSDB sempre atuaram para retirar esses direitos e a APEOESP sempre resistiu, juntamente com a categoria.

Em 2005 o então governador Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa projeto para precarizar ainda mais a contratação de professores não-efetivos com a demissão imediata de todos os professores OFAs e sua recontração em novas bases, por tempo determinado. Com as grandes manifestações convocadas pela APEOESP o governador recuou, retirando o projeto.

Em 2007, José Serra conseguiu aprovar a lei complementar 1010/2007, criando a São Paulo Previdência (SP-PREV) e prevendo o desligamento de todos os professores OFAs do sistema de previdência estadual, nele permanecendo somente os efetivos. Os demais seriam remetidos ao INSS.

Com muita mobilização, a APEOESP conseguiu negociações entre o governador e o então ministro do Trabalho e Previdência Luiz Marinho. Foram mantidos 80 mil professores com estabilidade (atuais categoria F) que estavam em efetivo exercício na data da promulgação da lei. Outros 30 mil professores seriam desligados, mas a APEOESP conseguiu que permanecessem até dezembro de 2011, e foram denominados “categoria L”.

A APEOESP passou a ajuizar centenas de ações individuais para que professores da chamada “categoria L” se tornassem “categoria F”, obtendo muitas vitórias. Ainda hoje é possível ingressar com essa ação, desde que o/a professor/a preencha os requisitos.

A atual forma de contratação é inconstitucional

Em 2009, Serra retomou na LC 1093 a essência do projeto que Alckmin havia retirado e conseguiu aprová-la com folgada maioria. Estamos permanentemente em luta contra a contratação precária dos professores. A APEOESP considera o atual sistema de contratação de professores temporários (categoria O), regulado pela Lei Complementar 1093/2009, um regime de semiescavidão e lutou contra sua aprovação na Assembleia Legislativa. Realizou à época manifestações, assembleias e vigílias para que o projeto não fosse aprovado.

Desde então, o Sindicato jamais parou de lutar para que a lei fosse modificada, no sentido da instituição de uma nova forma de contratação de professores temporários, que garanta direitos, salários adequados e não estabeleça quarentena ou duzentena, como hoje ocorre.

Ingressamos na justiça pela inconstitucionalidade dessa forma de contratação. Mais que isso, conseguimos incluir no Plano Estadual de Educação a estratégia 18.20, que determina que

seja instituída uma nova forma de contratação de professores em caráter temporário, com direitos iguais aos dos efetivos.

A ação judicial da APEOESP prosperou e no início de 2019 o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou inconstitucional o artigo 1º da Lei Complementar 1.093/2009, que regula a contratação de servidores públicos temporários. Face à ameaça de demissão de pelo menos 8.500 docentes temporários naquele ano, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a sentença. Entretanto, o governo do estado está obrigado a promover concursos públicos e criar uma nova lei de contratação para temporários.

Vimos cobrando incessantemente que o governo envie o projeto para a Assembleia Legislativa.

PELA APROVAÇÃO DO PLC 15/2020!

Frente à inação do secretário da Educação, apesar de todas as promessas, a deputada estadual Professora Bebel, presidente do nosso sindicato, protocolou na Alesp o PLC 15, de 2020, que institui uma contratação justa, recuperando e atualizando direitos existentes antes da LC 1093/2009. Nossa luta hoje é pela urgente aprovação e sanção deste projeto.

Em síntese, o PLC 15 extingue quarentena, duzentena ou qualquer período de afastamento obrigatório entre as contratações. Encerrado o contrato temporário de três anos, uma exigência legal, o(a) professor(a) poderá imediatamente pleitear nova contratação, por meio de processo seletivo simplificado, que é também uma exigência legal.

O projeto também assegura aos professores da categoria O direitos equivalentes aos professores efetivos e benefícios da carreira durante o período de contratação e isso, ao longo do tempo, poderá ter repercussões em sua remuneração e nos valores de sua aposentadoria.

VEJA ALGUNS RESULTADOS DA NOSSA LUTA

Como era	Como ficou, resultado da luta da APEOESP e da categoria
Contrato de 1 ano, prorrogável até o final do ano em que se encerra	Contrato de 3 anos, prorrogável até o final do ano em que se encerra
Processo seletivo simplificado por meio de prova eliminatória	Processo seletivo simplificado classificatório, por meio de pontos e apresentação de títulos
Faltas abonadas, licenças e férias válidas para o todo o período de contrato	Faltas abonadas, licenças e férias válidas para cada ano de contrato
Período de afastamento obrigatório de 200 dias entre uma contratação e outra (duzentena)	Período de afastamento obrigatório de 40 dias entre uma contratação e outra (quarentena)
-----	Direito a quinquênio e sexta–parte

PELO DIREITO AO IAMSPE!

A APEOESP sempre lutou para que os professores da categoria O tenham direito ao IAMSPE. Na greve de 2013, um dos pontos negociados foi justamente esse. No período seguinte, a APEOESP negociou com a Secretaria de Gestão Pública e com a Superintendência do IAMSPE. Houve impasse sobre o valor a ser pago pelos professores.

Em 2018, o governador enviou à Alesp o PLC 52, que prevê o direito aos professores da categoria O ao IAMSPE. Entretanto, trata-se de projeto com diversos pontos polêmicos. Nossa reivindicação é que o governo envie projeto específico para essa finalidade.



A luta pelo uso do IAMSPE para toda a categoria é histórica

CAMPANHA EM DEFESA DA VIDA

Uma das primeiras ações da APEOESP no início da pandemia, em 2020, foi lançar a “Campanha em Defesa da Vida”, que, entre outras questões, defendia o isolamento social horizontal, com a suspensão das aulas, e segurança sanitária e alimentar para toda a população. A pandemia, como todos sabem, causou um grande impacto social – que só se aprofunda com a paralisia do governo federal no combate à doença e na redução do valor do auxílio emergencial.

Desta forma, a APEOESP passou a reivindicar auxílio emergencial para os professores temporários (categorias O, S e V) e lançou a campanha de solidariedade, com a



Todas as subseções da APEOESP se envolveram na campanha de solidariedade, arrecadando cestas básicas



Na subseção de Piracicaba, professores temporários aguardam para receber cesta básica

arrecadação de cestas básicas (que incluía também material de higiene) pelas subseções do Sindicato. Esta campanha de arrecadação foi reforçada no início deste ano. Já foram arrecadadas e distribuídas toneladas de cestas básicas principalmente aos professores que ficaram sem salário.

Vitória da nossa luta: vacinação de todos os profissionais da Educação

A APEOESP conquistou a vacinação dos profissionais da Educação. Inicialmente o governo limitou apenas aos maiores de 47 anos. Após pressão do Sindicato, Doria anunciou que imunizará com a primeira dose todos os profissionais, a partir dos 18 anos, durante o mês de junho.

A APEOESP vem lutando pela vacinação de todos os profissionais da Educação desde o anúncio do Plano Estadual de Imunização, em 6 de dezembro de 2020, no qual essa possibilidade não estava prevista. Nosso Sindicato enviou ofícios ao governador e ao secretário da Educação naquela data e desenvolveu uma campanha com esse objetivo.

A vacinação é fundamental em função da natureza do trabalho desenvolvido pelos profissionais da Educação, quando em aulas presenciais. Porém, é importante salientar que de acordo com a sentença em vigor, da juíza Simone Casoretti, em ação movida pela APEOESP e outras entidades da Educação, para que haja o retorno às aulas presenciais



Profissionais da Educação receberam primeira dose da vacina após conquista da APEOESP

e atividades nas escolas, além da vacinação da população, é necessário haver controle da pandemia e

condições de segurança sanitária nas unidades. De acordo com a sentença, as aulas e atividades presenciais não

podem ocorrer nas fases vermelha e laranja da pandemia. Veja matéria nesta página.

Sentença judicial confirma: a APEOESP tem razão em sua luta pela vida



Prof. Bebel, presidenta da APEOESP, denuncia intransigência e insensibilidade do governo diante de uma das maiores pandemias já ocorridas em nosso Estado

A sentença da juíza Simone Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, em ação movida pela APEOESP, articulada com APASE, AFUSE, CPP e FEPESP, publicada em 9 de março de 2021, determinando a suspensão das aulas e atividades presenciais nas escolas estaduais, municipais e privadas, mostra que temos razão desde o início da nossa luta em defesa da vida.

Na sentença, a certa altura, a juíza aponta:

“Embora pesquisas apontem pela segurança no ambiente escolar, com adoção de protocolos de higiene e distanciamento social, o retorno às aulas presenciais, ainda que com um número reduzido de alunos, implica uma maior circulação de pessoas nas ruas e no transporte coletivo, local de alta propagação do vírus, em virtude do número de pessoas confinadas em espaço com ventilação insuficiente. E, em muitos casos, a situação dos professores piora, vez

que grande parte ministra aulas em mais de uma escola por dia, cujo deslocamento facilita maior exposição ao vírus. Deve ser ressaltado que não está em discussão o direito à educação, que é fundamental, imprescindível ao desenvolvimento do ser humano, consagrado nos arts. 6º e 205 da Constituição Federal (...).

Assim, diante de tais princípios a retomada das aulas presenciais deve ocorrer numa situação de maior controle da pandemia, com a redução dos números de internações e mortes, com base em estudos técnicos e científicos condizentes com a realidade, com medidas governamentais capazes de assegurar não só o distanciamento social, mas também a vacinação da população de forma mais célere”.

E decide:

“Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, nos termos do art. 487, I do CPC, para condenar a ré na obrigação de não fazer consistente em não realizar atividade presencial com convocação dos

filiados das entidades autoras, nas escolas de educação básica do Estado de São Paulo (públicas e privadas), estaduais ou municipais, nas fases laranja e vermelha do Plano São Paulo, devendo atuar nos limites do Decreto no. 65.061/2020, bem como para considerar como nulo o disposto no art. 11, § 7º da Resolução SECUC 95/2020.”

Em 11 de maio último, a juíza estendeu sua decisão a todos os profissionais não associados das entidades representativas que assinam a ação. Portanto, a decisão é válida para todos os profissionais da Educação.

Cumprimento integral da sentença já!

As posições, ações e medidas tomadas pela APEOESP no decorrer da pandemia sempre foram embasadas em sólidos pareceres científicos. Por outro lado, a atitudes do secretário

da Educação e sua persistência em forçar a volta às aulas presenciais revelam uma postura negacionista em relação à pandemia, a disposição em atender aos interesses de empresas privadas na Educação e à queda de braço que insiste em manter contra o nosso Sindicato.

Lembramos que a versão divulgada pela SEDUC por meio das Diretorias de Ensino, de que as aulas presenciais são legais por ter sido cassada liminar que as proibia não procede, porque a sentença em vigor é posterior à liminar que foi derrubada e tem precedência.

Nesse momento, a APEOESP toma as providências necessárias junto ao Tribunal de Justiça para que o secretário e o governador cumpram integralmente a sentença judicial, porque a defesa da vida é nossa principal prioridade.

Negacionismo do secretário causa mortes

Até o fechamento deste jornal, a APEOESP já havia lamentavelmente registrado desde 3 de fevereiro 2662 casos de infecções por corona vírus em escolas estaduais, com 95 mortes em decorrência das atividades e aulas presenciais impostas pelo secretário Rossieli Soares.

Apesar deste quadro assustador, o governo de São Paulo, que muito se assemelha a Bolsonaro, publicou Decreto durante a pandemia determinando educação pública como atividade essencial, o que garantiria a abertura das escolas neste período. Projeto de mesmo teor tramitou pela Câmara dos Deputados e foi barrado no Senado Federal pela pressão das entidades representativas, entre elas a APEOESP que teve um papel essencial nesta luta.

Esse é o retrato mórbido de uma gestão cujo secretário, oriundo do governo de Michel Temer, coloca objetivos ideológicos e empresariais acima dos direitos da comunidade escolar e da população, que é sua função pública defender.



Com a retomada das aulas, centenas de profissionais faleceram: irresponsabilidade do governo Doria

Para que serve escola cívico-militar?

Uma escola militar, está claro, tem o objetivo de formar aqueles que desejam seguir a carreira militar. Isso é uma realidade em qualquer país e também no Brasil.

Escola cívico-militar, sejamos claros, é uma ingerência indevida de militares na política educacional. Lamentavelmente, hoje, essa ingerência é tolerada e, mais que isso, requerida por governos civis, de ultradireita.

Não importam os discursos eleitorais de João Doria, secundado pelo seu secretário da Educação. Seu governo se iguala ao governo Bolsonaro na imposição desse tipo de aberração no sistema de ensino público.

O objetivo é robotizar a juventude. É tirar-lhe a possibilidade de conquistar autonomia intelectual e negar-lhe formação que permita compreender e atuar para transformar a sociedade.

Esse modelo de escola pretende formatar o comportamento dos estudantes, impondo às meninas, por exemplo, que não possam cortar os cabelos, nem usar saias “curtas” e aos meninos as condutas que os militares consideram corretas e que reforçam estereótipos machistas e patriarcais.

Um programa tão retrógrado que reinstalou a “nota de comportamento”, como existia durante a ditadura militar, ao mesmo tempo que contrata professores “por perfil”, sem lhes permitir a liberdade de ensinar, coibindo qualquer tipo de debate e abordagem das diversidades existentes na sociedade e na própria escola.

Em Sorocada, barramos o projeto

Trata-se de uma vitória muito importante: liminar concedida pela juíza Erna Thecla Maria Hakvoort, da Vara da Infância e Juventude, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, na qual a APEOESP é amicus curiae, suspendeu a implementação do PECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico Militares) na Escola Municipal Matheus Maylasky, em Sorocaba.

Por meio de suas subseções e da Diretoria Estadual, a APEOESP está atenta a essa questão, envidando todos os esforços para barrar a disseminação dessa imposição autoritária do governo Doria e seu secretário de Educação Rossieli Soares.

O envolvimento do Ministério Público e do Conselho Municipal de Educação fortalece nossa luta, demonstrando que estamos no caminho certo.

O que significa impor ensino integral em plena pandemia?

A pretexto de incluir, Rossieli exclui

Muitas vezes o secretário da Educação e o governador tentam desqualificar as críticas que fazemos a suas políticas excludentes. Entretanto, as atitudes e medidas tomadas por este governo demonstram que temos razão.

O que justificaria a imposição do PEI (Programa de Ensino Integral), “novo ensino médio”, EJATEC, escolas cívico-militares em plena pandemia?

Como o secretário da Educação justifica a transformação de mais de 600 escolas regulares em escolas de tempo integral, modelo PEI, entre 2020 e 2021? Se todas as recomendações científicas indicam o isolamento social e que professores, estudantes e funcionários não permaneçam ou fiquem o mínimo possível nas escolas, por que o secretário Rossieli impõe permanência diária de 7 a 9 horas nas unidades escolares?

Se o Plano Estadual de Educação estabelece a meta de universalizar o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, por que o secretário impõe um projeto que vem reduzindo o número de estudantes nesse nível de ensino?

Sim, porque ao transformar uma escola de ensino regular em PEI, estudantes trabalhadores e aqueles que



Em mobilização constante, Prof. Bebel, presidenta da APEOESP, denuncia ataques do governo Doria à categoria

excedem a capacidade do programa naquela escola, ficam muitas vezes sem alternativa, pelo fechamento do turno noturno e pela ausência de vagas em unidades escolares próximas. Lembremos que as escolas PEI atendem em torno de 300 a 400 estudantes, enquanto as escolas regulares possuem um número que supera, no mínimo, o dobro de matrículas.

Autoritarismo e manipulação

A imposição do PEI não respeita a

democracia e a legislação educacional, sobretudo no que se refere à gestão e aos procedimentos decisórios nas escolas. Há seguidas denúncias de manipulação ou não realização de consultas, reuniões de Conselhos de Escolas sem a devida convocação, reunião segmentada de conselhos, o que a lei não permite e tantas outras situações inaceitáveis.

Não aceitamos esse programa e lutaremos até o fim para que não continue sendo imposto.



Comunidade escolar se manifesta contra projetos excludentes do governo Doria

Mudar currículo em plena pandemia, secretário?

Sim, o ensino médio no Brasil precisa de mudanças. Mas não existe nada mais velho que o “novo” ensino médio proposto pela SEDUC.

E o grave quadro de pandemia não é momento de debater, muito menos impor essas mudanças. É uma atitude aética e covarde do secretário da Educação.

O que o ensino médio precisa dar aos jovens? Formação integral, que lhes permita compreender a sociedade nas quais está inserida, a continuidade dos estudos em nível superior, se for seu desejo e bases sólidas para seu futuro profissional. Historicamente este nível de ensino público no Brasil não cumpre esse papel e o “novo” proposto significará aprofundar ainda mais essa tragédia.

A proposta que querem impor não é mais que a reforma do ensino médio aprovada no governo Temer. Uma reforma que reduz a base comum praticamente a Português e Matemática. Que prolifera um grande número de disciplinas optativas que supostamente seriam de livre escolha dos estudantes, mas que, na verdade, são aquelas determinadas pela Secretaria da Educação.

Um currículo que exclui disciplinas que aprimoram o conhecimento e que levam à reflexão, como Psicologia e Sociologia e que amplia a inserção de aulas a distância, não apenas na pandemia, mas como método permanente.

Currículo do secretário acentua dualidade histórica: uma escola para os pobres, outra para os ricos

O currículo que a SEDUC quer impor joga peso nas chamadas “competências e habilidades”, uma forma sofisticada de dizer que o estudante será formado para atender aquelas necessidades do mercado de trabalho para as quais suas “competências e habilidades” o direcionam, não a partir de sua própria vontade e sim pela formatação imposta pela Secretaria.

Com isso, acentua-se a histórica dualidade existente no ensino médio, ou seja, as escolas públicas continuam destinadas aos pobres, com uma formação aligeirada, enquanto escolas privadas, dotadas de estrutura, projetos e currículo adequados, formam profissionais qualificados para funções dirigentes e melhor remuneradas

nas empresas e no poder público.

Também é importante dizer que esse “novo” ensino médio, na sua parte profissionalizante, vai permitir a contratação de profissionais com “notório saber” para ministrarem aulas, sem que tenham licenciatura ou preparo para o magistério. Ou seja, institucionaliza o “bico” nas escolas públicas.

São mudanças que causarão impactos na vida de estudantes e professores e que não podem ser simplesmente enfiadas goela abaixo, sem amplo e profundo debate e deliberação democrática.

Como parte da nossa luta contra este ataque, a presidenta da APEOESP, Professora Bebel, protocolou no gabinete do secretário, ofício em que questiona sobre a transformação de escolas regulares em PEI em plena pandemia.

O documento solicita respostas para nove questões, entre elas sobre a redução do número de estudantes nessas escolas; sobre o processo de decisão, especialmente em relação aos Conselhos de Escola e sobre a existência ou não de escolas e vagas próximas para os alunos que não permanecerem no PEI.



EJATEC: mais uma falácia da SEDUC



Projeto EJATEC do governo Dória é uma farsa

O EJATEC é um Programa de formação profissional/profissionalizante voltada aos estudantes matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual paulista. Não é formação técnica. Como os demais projetos, vem sendo imposto pelo governo estadual em plena pandemia.

Ele acresce 300 horas de itinerário formativo profissionalizante virtual,

que devem ocorrer preferencialmente às sextas-feiras no período noturno através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ao final do curso o estudante concluinte receberá um certificado do curso profissionalizante e outro relativo à formação geral do ensino médio.

O EJATEC se insere na mesma lógica da reforma do ensino médio aprovada pelo Congresso Nacional em 2016 por meio de Medida Provisória do governo Temer, que, entre outras mudanças, fragmentou ainda mais a formação dos estudantes, impondo que apenas português e matemática permanecessem como disciplinas obrigatórias em todos os anos do ensino médio e itinerários formativos “opcionais” aos estudantes.

Certificado sem validade

Essa é outra falácia vendida pelo governo. O aluno concluinte de um curso EJATEC receberá uma certificação que poderá ser aproveitada pelos estudantes concluintes como crédito num curso técnico do Centro Paula Souza, já que essa instituição fará a certificação.

Todavia esse aluno deverá, antes,

ser aprovado num processo seletivo de uma ETEC para então pedir equivalência desses conteúdos. Mais uma vez, vendem uma coisa e entregam outra, pois o certificado não tem praticamente validade alguma.

O EJATEC se insere na mesma lógica da reforma do ensino médio. Os estudantes do EJATEC deixarão de ter uma formação mais integral e serão prejudicados nos processos seletivos para ingressar no ensino superior e no mundo do trabalho, restando-lhes ocupar funções de menor remuneração.

Assim, o Programa EJATEC é uma proposta de ensino aligeirado e fragmentado, que não garante uma formação geral que possibilite ao estudante de EJA o ingresso no ensino superior de qualidade e nem mesmo uma formação profissional séria.

Nem mesmo os professores serão aqueles que ministram aulas nas escolas técnicas do Estado (ETECs). Serão profissionais com contrato precário, selecionados por meio de parceria entre a Secretaria Estadual da Educação e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Ensino domiciliar fere Constituição Federal

Aproveitando-se do cargo de presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a deputada Bia Kicis está tentando impor uma manobra para que o Projeto de Lei 2401/2019 seja aprovado a toque de caixa naquela Casa.

O projeto, de autoria da própria presidente, em conjunto com as deputadas bolsonaristas Chris Tonietto e Caroline Toni propõe mudar o Artigo 246 do Código Penal que caracteriza como crime o ato de famílias optarem por não enviarem seus filhos para a escola.

A manobra legislativa é que esse PL estava inicialmente apensado ao texto que visa instituir a modalidade de ensino residencial no Brasil, mas foi retirado da proposta original e está tendo um trâmite independente.

Se aprovado na CCJ, o PL que altera o Código Civil seguirá para votação no Plenário da Câmara. Por não incluir a questão “educação” diretamente no texto, já que propõe alterar apenas o texto do código penal, o PL não passará pela Comissão de Educação.

Esta proposta, se aprovada, representará um imenso retrocesso no sistema educacional brasileiro, além de desconsiderar a importância das relações de ensino-aprendizagem própria do ambiente escolar. É mais uma luta que travaremos em âmbito nacional se persistirem nesta tentativa de acabar com a educação pública como serviço essencial à população.



100 anos do maior educador brasileiro

Com enorme reconhecimento internacional e um dos mais respeitados intelectuais brasileiros, Paulo Freire completaria, se vivo estivesse, 100 anos no dia 21 de setembro próximo.

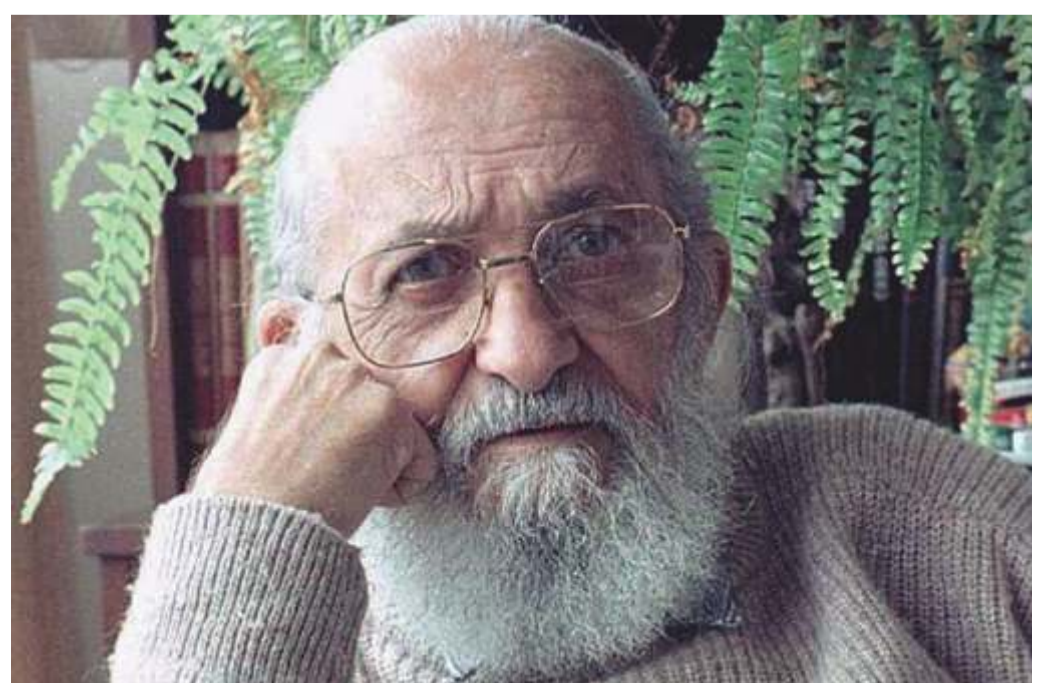
Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire ganhou notoriedade nacional em 1963, quando desenvolveu com sua equipe na Universidade de Recife um programa de educação de adultos. A experiência contou com a participação de 300 adultos de Angicos, no Rio Grande do Norte, e ganhou repercussão em todo o País, pois possibilitava que jovens e adultos se alfabetizassem em 40 horas.

Depois desta visibilidade, Freire foi convidado pelo presidente João Goulart para coordenar um programa nacional de alfabetização. Trocou então Recife, onde vivia com sua família, por

Brasília para implantar o Programa Nacional de Alfabetização.

O golpe civil-militar de 1964 cancelou o programa de alfabetização e Paulo Freire foi preso por 40 dias. Sentindo-se ameaçado, exilou-se com a mulher, Elza, e os cinco filhos, na Bolívia. Depois, seguiu para o Chile, onde trabalhou no Ministério da Educação no campo da alfabetização. Em 1969 mudou-se para os Estados Unidos, onde lecionou na Universidade de Harvard. Um ano depois mudou-se novamente para Genebra, na Suíça, país em que viveu por 10 anos.

Retornou ao Brasil com a anistia, em 1980, e lecionou na PUC-SP e na Unicamp. Em 1989, a convite da prefeita Luiz Erundina, foi secretário de Educação do município de São Paulo. Faleceu aos 74 anos, em 1996.



Paulo Freire é um dos intelectuais brasileiros mais respeitado no exterior

Estamos em luta pelo descongelamento dos nossos salários



Lutar pela valorização salarial e profissional do magistério é a razão principal da existência da APEOESP.

Nossa luta histórica conquistou ao longo dos anos reajustes salariais, incorporação de abonos e gratificações e contribuiu decisivamente para evitar a corrosão do poder de compra de nossos salários.

Também participamos, juntamente com a CNTE e todos os demais sindicatos filiados, da conquista do piso salarial profissional nacional e do Plano Nacional de Educação, que prevê em sua meta 17 a equiparação de nossos salários com a média salarial das demais profissões com nível superior, igualmente prevista na meta 17 do Plano Estadual de Educação que também conquistamos.

A APEOESP se orgulha de ter sido a primeira entidade a realizar uma greve pela efetivação da meta 17 do PNE, em 2015, a segunda mais longa greve da história da entidade. Embora não tenhamos obtido o ganho econômico, essa longa paralisação significou o fortalecimento da nossa organização sindical, reafirmou o nosso direito de greve e derrotou o governo, conseguindo no Supremo Tribunal Federal (STF) o pagamento integral dos dias parados.

Retrocessos e arrocho

Porém, a situação de retrocessos políticos e sociais no país, os ataques à democracia e às organizações popu-

lares e sindicais incidiu sobre a nossa realidade. A partir de 2015, e sobretudo de 2016, com o golpe que tirou do governo de forma ilegal a presidenta Dilma Rousseff, vivemos a ascensão do autoritarismo em todos os níveis e também no estado de São Paulo, com o fim do diálogo e das negociações, arrocho salarial e retrocessos em todas as áreas.

No início de 2015, por meio de decreto, o então governador Geraldo Alckmin instituiu a política de reajuste zero, que conseguimos romper em fevereiro de 2018, quando após muita luta, a Assembleia Legislativa aprovou o reajuste de 7% em nossos salários.

O governador João Doria, não apenas manteve, como aprofundou essa política de congelamento salarial, sobretudo durante a pandemia, suspendendo reajustes, concursos e a contagem de tempo dos benefícios da carreira, escudando-se na Lei Complementar 173 (federal). O secretário da educação chegou a instituir uma comissão técnica entre a SEDUC, APEOESP e demais entidades para debater saídas, mas até o momento de fechamento desta edição, as reuniões ainda não haviam sido retomadas.

Na situação de pandemia que estamos vivendo, nossa prioridade foi e é a defesa da vida. Porém, a situação financeira da nossa categoria se tornou ainda mais insustentável e não podemos mais adiar a nossa mobilização. Chega de arrocho! Chega de congelamento e de reajuste zero!



Diferença entre os Salários Base dos PEB I e PEB II em relação ao PSPN Estado de São Paulo. 2009–2020

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,5%
2010	7,86%	1.024,67	1.309,17	27,8%	1.515,52	47,9%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,5%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.894,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.803,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,1%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-2,3%	2.415,89	13,1%
2017	7,64%	2.298,59	2.086,94	-9,2%	2.415,89	5,1%
2018	6,82%	2.455,35	2.233,02	-9,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.557,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,15	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021*	0,00%	2.886,15	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP; Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP; Nota (*): Segundo a Portaria nº 3/2020, o valor anual por aluno foi reduzido em 2,6%, o que significa que não se terá reajuste do Piso para o ano de 2021.

Queremos 29,25% de reajuste salarial!

Nossa perspectiva de luta é a meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação. O que ali está determinado atende à nossa concepção de valorização salarial e profissional, que corresponde à nossa formação, fundamental para garantir a qualidade do ensino que oferecemos aos nossos estudantes.

Entretanto, a política de desvalorização e arrocho dos governos do PSDB tem sido tão acentuada que hoje nossos salários base estão abaixo do piso salarial profissional nacional, que representa a base mínima que qualquer professor ou professora deve receber em todo o país. É escandaloso que o mais rico estado da federação trate dessa forma a mais importante categoria profissional.

Por isso, nossa reivindicação salarial imediata, transitória, é de 29,25% de

reajuste, necessário para equiparar nossos salários ao piso salarial profissional nacional. Veja na tabela:

Diferença do PSPN em relação ao salário base da Carreira do Magistério Estadual Público Estado de São Paulo, 2009–2021

Ano	PSPN		PEB I	
	Nominal	Salário Base	Reaj. Necessário	
2016	2.135,44	2.086,94	2,32%	
2017	2.298,59	2.086,94	10,14%	
2018	2.455,35	2.233,02	9,96%	
2019	2.557,74	2.233,02	14,54%	
2020	2.886,15	2.233,02	29,25%	
2021*	2.886,15	2.233,02	29,25%	

Fonte: FNDE/MEC e ALESP; Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP; Nota (*): Segundo a Portaria nº 3/2020, o valor anual por aluno foi reduzido em 8,7%, o que significa que não se terá reajuste do Piso para o ano de 2021.

Relação do Salário Inicial dos Professores da Educação Básica Pública Paulista e o Salário Mínimo Nacional Estado de São Paulo. 2009–2021

Ano	Salário Mínimo (SM)	Salário Base do PEB I	Salário-base do PEB I em relação ao SM	Salário Base do PEB II	Salário-base do PEB II em relação ao SM
2009	465,00	1.309,17	2,82	1.515,52	3,26
2010	510,00	1.309,17	2,57	1.515,52	2,97
2011	545,00	1.368,75	2,51	1.584,49	2,91
2012	622,00	1.636,21	2,63	1.894,12	3,05
2013	678,00	1.803,93	2,66	2.088,26	3,08
2014	724,00	1.950,41	2,69	2.257,84	3,12
2015	788,00	2.086,94	2,65	2.415,89	3,07
2016	880,00	2.086,94	2,37	2.415,89	2,75
2017	937,00	2.086,94	2,23	2.415,89	2,58
2018	954,00	2.086,94	2,19	2.415,89	2,53
2019	998,00	2.233,01	2,24	2.585,00	2,59
2020	1.045,00	2.233,01	2,15	2.585,00	2,49
2021	1.100,00	2.233,01	2,03	2.585,00	2,35
Variação 2021/2009	136,56%	70,57%		70,57%	

Fonte: Governo Federal e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; Elaboração: Dieese/subseção Apeoesp.

Governo Doria tem dinheiro

Os governos tucanos alegam sempre não ter dinheiro.

O governo Doria, além de não investir nos serviços públicos, políticas sociais e direitos do funcionalismo e da população, provoca destruição e entrega o patrimônio público à iniciativa privada.

Cortando direitos e atacando os serviços públicos, Doria acumulou um superávit de R\$ 7,7 bilhões em 2020 e terminou o ano com R\$ 11 bilhões em caixa.

Além disso, mantém e amplia a nebulosa política de renúncia fiscal, mantida sob tal sigilo que nem mesmo a justiça conseguiu ainda quebrar. Em 10 anos, a renúncia fiscal praticada pelos governos do PSDB, beneficiando grupos empresariais, chega à casa de R\$ 150 bilhões.

Esse dinheiro do superávit tem que ser aplicado na melhoria dos serviços públicos, na valorização salarial e profissional e na recuperação das nossas escolas e a política de renúncia fiscal deve ser imediatamente revista

STF: descongele nossos 10,15%!

Em 2017, tão logo o governo Alckmin se recusou a aplicar nos nossos salários o reajuste do PSPN, a APEOESP ingressou com ação judicial para que isso ocorresse, com reflexos em toda a carreira.

Vencemos em todas as instâncias. Todos os recursos do Estado foram rejeitados.

Entretanto, de forma irregular, o governo do Estado recorreu ao STF para não realizar o pagamento, alegando não ter recursos para isso. Lamentavelmente, a então presidenta do STF, ministra Carmen Lucia, acatou esse recurso, suspendendo temporariamente o pagamento até melhor análise. Apesar de nossos esforços, inclusive por meio de audiências presenciais em Brasília, não apenas a ministra manteve o pagamento suspenso, mas foi seguida pelo próximo presidente, ministro Dias Toffoli e pelo atual presidente, Luiz Fux, com o compromisso de convocação de sessão plenária para decidir a questão.

Até o momento esta sessão não foi convocada e permanecemos na luta para que o pagamento dos 10,15% seja liberado, pois é direito líquido e certo conquistado na justiça.

A importância da gestão democrática e do Conselho de Escola



O Conselho é formado por professores, pais, funcionários e estudantes

A partir da redemocratização do País, com o fim da ditadura civil-militar em 1985 e especialmente com a Constituição de 1988, a sociedade brasileira buscou uma ampliação na participação política e na criação e condução de políticas públicas e, desta forma, fortalecer a democracia participativa.

É neste bojo que se aprofundaram também as discussões sobre a gestão democrática nas escolas. A própria Constituição, em seu artigo 206, faz referência à gestão democrática, consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Em seu artigo 14, a LDB estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas

da gestão democrática, de acordo com suas peculiaridades, de acordo com os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Gestão democrática proporciona qualidade

Desta forma, entende-se a democratização do ensino público na garantia da participação de todos os seguimentos escolares, discutindo os meios para tornar a Educação um fim que tenha sentido para todos. O educador e pesquisador José Carlos Libâneo entende que a educação democrática, por estar aberta à participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, promove a Educação de qualidade. “A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.”

Importância do Conselho de Escola

Em plena pandemia, o governo João

Doria e o secretário da Educação estão tentando implantar nas escolas, goela abaixo, projetos excludentes, como a PEI, o “novo” velho ensino médio, a EJATEC, escola-cívico militares.

Ao implementar projeto sem a discussão com a sociedade, a Secretaria da Educação alija o Conselho de Escola, que é protagonista da política pedagógica no âmbito das unidades de ensino. Cada escola é um mundo e não há como pensar a Educação a partir da lógica de um gabinete.

O Conselho de Escola pode barrar a implementação destes projetos. Neste sentido, este é momento da participação de todos no Conselho de Escola.

A composição do conselho

A Lei Complementar 444/1985 (Estatuto do Magistério) assegura o funcionamento e a composição do Conselho de Escola. O artigo 95 reza que ele é de natureza deliberativa e que sua eleição se dá anualmente e que será presidido pelo diretor da unidade, com a participação de um mínimo de 20 e máximo de 40 componentes, eleitos entre seus pares na seguinte proporcionalidade: 40% de docentes; 5% de especialistas; 5% de funcionários; 25% de estudantes; 25% de pais.

Conferência de mulheres da APEOESP debateu efeitos da pandemia

Reunidas em formato virtual nos dias 26 e 27 de março, mais de 600 professoras participaram do VIII Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP.

Diante da gravidade da pandemia que acometeu a todos, mas principalmente as mulheres, a Conferência trouxe debates sobre novas tecnologias, aumento da jornada de trabalho, saúde pública, violência doméstica, desemprego entre outros assuntos.

A Conferência contou com palestrantes que discorreram, entre outros, sobre os seguintes temas: Os impactos da pandemia na vida das mulheres; A falta de políticas públicas para as mulheres e suas consequências.

Durante os dois dias, as discussões foram bastante profícuas, resultando em um Manifesto que indica ser necessário a implementação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades, particularmente num contexto pandêmico, que se considerem os marcadores sociais de diferenças de raça, classe e gênero.

Importância das políticas públicas

O documento aponta ainda que o desmonte da saúde é parte da ofensiva ultra neoliberal do governo Bolsonaro e também de Doria em São Paulo, que tem como objetivo a privatização e a venda das empresas públicas em nome do capital financeiro internacional. A reforma administrativa é parte dessa estratégia, que pretende desvalorizar os serviços públicos, abrindo brechas para apadrinhamentos e corrupção, prejudicando a sociedade. A flexibilização da legislação trabalhista

e a contrarreforma previdenciária completam esse cenário de ameaças a direitos historicamente conquistados e escancaram o caráter machista, racista, misógino e classista do governo federal.

O Manifesto aborda também a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) para a garantia da vida do povo brasileiro, elencando a urgente necessidade de que o Estado viabilize aporte de recursos suficientes para garantir acesso universal aos serviços.

Ainda segundo o Manifesto, as mulheres é que estão na linha de frente do combate à Covid-19 e ainda assim, se-

guem carregando nas costas a responsabilidade pelo trabalho e cuidados de todos na sua residência, sem que haja políticas específicas para elas.

A Conferência também destacou a luta da APEOESP pela garantia urgente de vacinação a todos os brasileiros e exigiu o imediato cumprimento da sentença em ação do Sindicato que garante o não retorno às aulas presenciais durante a pandemia.

Além da produção do Manifesto, todas as propostas aprovadas durante o evento foram incorporadas às lutas da APEOESP.

VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MULHERES DA APEOESP
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES

26 e 27 MARÇO VIRTUAL

Dia 26, Das 18 às 21 horas:
Das 9 às 13 horas

ENTRAR NA REUNIÃO ZOOM:
Dia 26, a partir das 18 horas
<https://bit.ly/3tRYBOg>
Dia 27, a partir das 9 horas
<https://bit.ly/3lc06e2>

ASSISTA PELO YOUTUBE:
Dia 26: <https://bit.ly/3d7rgYU>
Dia 27: <https://bit.ly/3d2pull>

OU PELO FACEBOOK:
<https://www.facebook.com/imprensaapeoesp>

FEESP inicia organização para Conape 2022



O Fórum Estadual de Educação do Estado de São Paulo – FEESP – coletivo que congrega mais de setenta entidades representativas na defesa da qualidade da Educação no estado de São Paulo, entre elas a APEOESP, deu início ao processo de organização da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape – no estado de São Paulo com um evento de lançamento realizado no formato virtual em 20 de maio.

A Conape 2022 terá como tema central: “Reconstruir o país: a retomada

do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as” e como lema: “Educação para todos/as se constrói com Democracia e participação social: sob o legado de Paulo Freire nenhum direito a menos”.

Debates democráticos

A organização da Conferência terá como base os debates realizados nas Conferências Municipais/regionais e Seminários Temáticos Livres, na sua etapa municipal, e em Conferências Estaduais – Conepe.

As etapas municipais/regionais estão previstas para ocorrerem ainda em 2021, em formato virtual em razão da pandemia. Caberá aos Fóruns Municipais de

Educação a organização das Conferências Municipais, em conjunto com entidades, poder público e movimentos sociais.

O FEESP coordenará os esforços de organização das Conferências Municipais, articulando, em conjunto com entidades, poder público e movimentos sociais locais, a participação de municípios em Conferências Regionais, onde se fizer necessário.

Da mesma forma, as Conferências Temáticas Livres preparatórias à Conepe SP e à Conape 2022 serão organizadas em sintonia com o FEESP, tendo em vista a participação nas etapas estadual e nacional.

Mais informações e detalhamento dos temas indicados para os debates podem ser acessados no portal da APEOESP: www.apeoesp.org.br.

Derrubar o confisco de aposentados e pensionistas é prioridade

Uma das principais lutas desenvolvidas pela APEOESP desde o início do governo Doria foi contra a reforma da previdência estadual. Atualmente essa luta prossegue na justiça e também contra o confisco nos salários de aposentados e pensionistas.

De novembro de 2019 a março de 2020 nós, professores, juntamente com os demais segmentos do funcionalismo público, não saímos das ruas e permanecemos mobilizados na Assembleia Legislativa para barrar o desmonte da nossa previdência. A reforma passou por apenas um voto além do mínimo necessário, com a participação do então presidente da casa, Cauê Macris. É preciso lembrar que nosso movimento enfrentou todo tipo de reforma governista e a ação violenta da tropa de choque da Polícia Militar de Doria.

Naquela ocasião, a presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel, alertou que a reforma abria a possibilidade da chamada “desaposentação”, ou seja, que o governo viesse a cobrar novas e maiores contribuições previdenciárias de servidores já aposentados. Foi o que passou a ocorrer a partir de setembro, conforme previsto no decreto 65021, publicado em junho pelo governador Doria.



Representantes de todas as entidades da Educação participaram da audiência pública

APEOESP na luta contra o confisco

A APEOESP agiu imediatamente. Articulando-se com outras entidades (AFUSE, CPP, APASE), ingressou

com ação civil pública. Nosso Sindicato também está agindo judicialmente para questionar a existência do tal déficit anunciado pelo governo, que para nós não passa de um pretexto para o confisco.

Em todas as mobilizações e nas redes sociais da APEOESP a questão do confisco está presente. Também está presente em algumas das matérias pagas veiculadas pelo Sindicato na Rede Globo de Televisão.

ração de déficit na SPPREV e, portanto, o confisco. Além disso, protocolou requerimento de informação para que o governo explique o déficit, o que não ocorreu.

Em dezembro de 2020 a deputada, por meio da liderança do PT, requereu a votação do PDL 39 em regime de urgência, porém a maioria governista na Alesp até o momento não permitiu que este requerimento fosse votado. Lutamos para que esses projetos e os demais que acabam com o confisco sejam votados e aprovados.

É injusto e verdadeiramente criminoso que o governador Doria mantenha esse confisco, quando sabemos que, cortando gastos sociais, obteve um superávit de R\$ 7,7 bilhões em 2020 e terminou o ano com R\$ 11 bilhões em caixa. Não vamos desistir dessa luta.

Diga não à reforma administrativa



Além disso, a PEC 32 prevê a criação de uma nova forma de contratação de pessoal, o vínculo de experiência. O servidor passaria por uma nova etapa de avaliação, depois da classificação em concurso público, período em que não terá estabilidade. O problema é que esta avaliação pode criar um instrumento de seleção e

contratação baseado na personalidade – ao contrário do que determina a Constituição – e nas arbitrariedades de chefias e setores. A PEC também aprofunda a transferência de atividades públicas para o setor privado, avançando, desta maneira, na privatização dos serviços públicos de saúde, educação, que poderão ser cobrados.

Campanha contra a PEC 32

Desde o início da tramitação da PEC no Congresso a CUT tem alertado a população que a reforma não é só um dos maiores ataques aos servidores públicos, mas um desmonte do Estado. Em nota, a CUT adverte que a reforma administrativa “não irá melhorar o atendimento dos serviços públicos, vai privatizar, o que vai prejudicar especialmente os mais pobres”. E já promoveu uma série de ações, como tuitaço, atividades nas ruas, pressão no parlamento.

Para pressionar os deputados de sua região a votarem contra a PEC 32 você pode acessar o site “Na Pressão” (<https://napressao.org.br/>), mantido pela CUT, e mandar seu recado pelo WhatsApp, pelo e-mail ou por telefone..

A CUT, junto com outras centrais sindicais, continua na luta pela retirada da pauta de votações da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32) da reforma Administrativa, que prevê a privatização dos serviços públicos e a flexibilização da contratação dos servidores. Isto prejudicará toda a população – em especial a parcela mais pobre – , pois restringirá e precarizará os serviços públicos, como, por exemplo, educação, saúde, segurança, transporte, previdência social.

Atualmente, a principal forma de acesso a um cargo público é o concurso. A flexibilização prevista na PEC 32 prediz que a estabilidade seja restrita a alguns servidores, os ocupantes dos cargos típicos de Estado (aqueles que não têm correspondência no setor privado, como por exemplo a Magistratura e o Ministério Público).

De acordo com nota técnica publicada pelo DIEESE, reduzir a estabilidade pode implicar na descontinuidade da prestação do serviço público, e o pior, estimula a “patronagem política, ou seja, o uso indevido do poder político para fins particulares eleitoreiros e não para fins de interesse público”.

Luta na Alesp

Como deputada estadual, a presidenta da APEOESP protocolou na Alesp o projeto de lei 450/2020, que torna indisponíveis os benefícios de aposentados e pensionistas para tal desconto ampliado, e o projeto de decreto legislativo 39, que anula a decla-

Mobilização faz Senado retirar da pauta projeto para volta às aulas presenciais

Em pleno pico da pandemia, quando o Brasil registrava 3.481 mortes em 24 horas pelo Covid-19 (20 de abril), a Câmara dos Deputados aprovou o PL 5595/2020, que reconhece a educação como serviço essencial, para obrigar a volta às aulas presenciais.

No dia 6 de maio, o Senado retirou o PL 5595 da pauta de votação. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) entrou com um requerimento para realizar, antes da votação, audiência pública para debater com a sociedade uma estratégia nacional para garantir um retorno seguro às aulas na educação básica e superior. Até o fechamento desta edição, a data da audiência ainda não havia sido definida. De acordo com informações da Agência Senado, o presidente da Casa avaliará, após o debate, a reinclusão, ou não, do projeto na pauta de votações.

A sociedade civil organizada pressionou para não votar a matéria. Ao lado da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a APEOESP teve papel destacado na mobilização para que o projeto não fosse votado pelos senadores. Uma das medidas adotadas e que contribuiu para esse desfecho foi a mensagem enviada pela presidenta do Sindicato, deputada Professora Bebel, a cada um dos senadores e senadoras expondo a necessidade de rejeição desse projeto, que tem o objetivo de forçar a volta às aulas presenciais em plena pandemia.

Contudo, temos que ficar atentos, pois o projeto poderá ser reincluído na pauta de votações.

É importante salientar que a aprovação do projeto implicará na proibição do direito de greve na Educação.

76 anos em defesa da categoria



Assembleia de professores na década de 1980 na Alesp, dirigida pelo então presidente João Felício



Professora Bebel dirige uma das assembleias na histórica greve de 2015: 92 dias de resistência

EAPEOESP surgiu inicialmente das necessidades dos professores secundários e seu congresso aconteceu em São Carlos, entre os dias 13 e 14 de janeiro de 1945, como APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário Normal do Estado de São Paulo). Em outubro de 1958 a APESNOESP realiza a primeira greve da categoria, que durou cinco dias.

A partir da década de 1960, no entanto, a entidade passa a concentrar-se nas atividades assistenciais, sobressaindo-se pela atuação de seu Departamento Jurídico.

Força do movimento sindical

Os anos de 1976 e 1977 foram determinantes para a mudança na direção da APEOESP. Sufocado desde o golpe de 1964, o movimento sindical começa a tomar força, especialmente entre os metalúrgicos do ABC paulista, dos bancários e dos professores.

Um grupo de professores que participava desde o início desta reconstituição transformou-se em liderança. Em 1977, criou-se uma comissão aberta de professores que liderou a greve da categoria em 1978, com duração de 24 dias. Em 1979, nova greve, de 39 dias.

Neste período realizou-se também eleição na APEOESP – apesar de todas as tentativas de boicote da diretoria de então, vencida pela chapa de oposição que nasceu da comissão aberta criada em 1977. A chapa vencedora, porém, só tomou posse em maio de 1979, com liminar concedida pela Justiça.

Este é o marco de uma nova fase na história da APEOESP. A entidade adquiriu importância social, extrapolando a própria categoria profissional que representa, consolidando-se como uma organização de base.

para Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

Nestes 42 anos, a APEOESP liderou inúmeras greves reivindicando reajuste salarial, melhores condições de trabalho, garantia de emprego, entre outros. Algumas destas paralisações foram históricas, como a greve de 1985, com duração de 80 dias, a de 1993, com 79 dias, e a de 2015, a mais longa, que durou 92 dias.

Atualmente, a APEOESP é um dos maiores sindicatos do mundo e um dos mais fortes e combativos do país.

Desde o início da pandemia, a APEOESP tem desenvolvido uma incansável luta em defesa da vida, resistindo às investidas de Bolsonaro e Doria nas tentativas de retorno às aulas presenciais, o que coloca em risco a comunidade escolar e, em consequência, a população brasileira.



Roberto Felício dirige assembleia dos professores na década de 1990

Greves históricas

Somente na Constituição de 1988 os funcionários públicos conquistaram o direito de se organizar em sindicato. Dois anos depois, a APEOESP conquistou sua carta sindical e alterou sua razão social



Gumercindo Milhomem dirigiu o Sindicato no final dos anos 1970 e início dos anos 80



Professores ocupam a Praça da República em 2015



Carlos Ramiro de Castro, o Carlião, presidiu a APEOESP por duas gestões, de 2002 a 2008.

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guido e Stenio Matheus de Moraes Lima. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guido; Stenio Matheus de Moraes Lima; Leandro Alves de Oliveira; Sílvio de Souza; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Miguel Noel Meirelles; Fláudio Azevedo Lima; Francisco de Assis Ferreira; Paula Cristina Oliveira Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino. **Fotos:** Douglas Mansur, Jordana Mercado e Rogério Cavalheiro. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos. **Secretarias:** Edénilde do Nascimento e Amanda Souza. **Impressão:** Gaftec Gráfica e Editora. **Tiragem:** 181.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em julho. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 – 5º andar – CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP – TRIÊNIO 2017/2020

EXECUTIVA:
Presidente: Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral**

Adjunto: Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Finanças Adjunto:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Mu-**

nicipais: Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Luiz Aurindo Souza Oliveira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização para a Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização para o Interior:** Maria de Lourdes Rafael; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva, Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia; Ana Lúcia Santos Cugler; Anatalina Lourenço da Silva; André Murinho Ribeiro Chaves; Andréia Oliveira Souza Soares; Antônio do Vale; Antônio Galdini Júnior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Filho; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmem Luiza Urquiza de Souza; Cláudia Cristina Alves de Souza; Cláudio Juhrs Rodrigues; Cláudio Luiz Alves de Santana; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliana Nunes dos Santos; Eliane Aparecida Garcia; Eliane Martiniano

de Souza; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Flávia Bischain Rosa; Felipe Brilhante Maropo; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Gustavo de Freitas Agostini; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Júnior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteadado Neto; Leonor Penteadado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luís Antônio Nunes da Horta; Luiz Cláudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Mara Cristina de Almeida; Marcos César Luis Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Pires; Marcella de Campos Costa; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Paulo Henrique Napoli; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldo Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vanessa da Silva; Vânia Pereira da Silva; Vera Lúcia Zimberger; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Waldir Siqueira; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.